

LURDES  
VARREGOSO  
MESQUITA

**NOÇÕES  
DE DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL**

---

GESTLEGAL



COLEÇÃO MANUAIS

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Autora:

**LURDES VARREGOSO MESQUITA**

1.ª edição, novembro 2020

---

Editor:

**GESTLEGAL**

Rua Bc. do Fanado, n.º 3, 1.º dto.

3000-166 Coimbra

+351 239 043 671

editora@gestlegal.pt

www.gestlegal.pt

---

Design editorial: José Soler

Revisão: Gestlegal

Impressão e acabamento: Artipol, Lda

---

ISBN: 978-989-8951-51-9

Depósito Legal: 476376/20

---

A reprodução ou cópia, por qualquer meio, em parte ou no todo, desta obra só é permitida com autorização expressa do Editor. A violação desta obrigação é passível de procedimento judicial nos termos da lei.

# GESTLEGAL

LURDES VARREGOSO MESQUITA

# NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Handwritten signature and date:*  
Lurdes  
21.10.2020

 **GESTLEGAL**

Nota Prévia .....	7
Abreviaturas .....	9

## CAPÍTULO I

I. DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....	13
1. Noção e função .....	13
2. Processo Civil Moderno: natureza pública e autónoma; processo de resultados	16
2.1. Natureza pública do Direito Processual Civil.....	16
2.2. Autonomia do Direito Processual Civil (e instrumentalidade do processo)	17
2.3. Processo de Resultados.....	18
3. Tutela judicial e acesso à justiça: direito de acção e outras formas de composição do litígio .....	21
3.1. Acesso à justiça e direito à acção.....	21
3.2. Formas extrajudiciais (ou complementares) de composição do litígio....	24
a. A inclusão dos RAL na arquitectura da administração da justiça portuguesa.....	25
b. Enquadramento, caracterização e evolução dos RAL em Portugal.....	28
i. Julgados de Paz.....	28
ii. Arbitragem institucionalizada .....	30
iii. Mediação — modalidades e sistemas públicos.....	32
iv. Meios de RAL — considerações finais: institucionalizar, profissionalizar e consciencializar.....	36
4. Fontes do Direito Processual Civil .....	38
4.1. Constituição da República Portuguesa .....	38

## ÍNDICE

4.2. Direito da União Europeia.....	39
4.2.1. Europeização do Direito Processual Civil.....	39
a. Enquadramento e motivação.....	39
b. Direito Processual Civil Europeu.....	42
4.3. Direito Internacional.....	45
4.3.1. Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado Inter- nacional — UNIDROIT .....	45
4.3.2. Convenções Internacionais .....	46
4.4. Lei (ordinária) .....	48
4.4.1. Código de Processo Civil de 1876 .....	48
4.4.2. Código de Processo Civil de 1939 .....	50
4.4.3. Código de Processo Civil de 1961 .....	50
4.4.4. Reforma de 1995/96 .....	52
4.4.5. Código de Processo Civil de 2013 .....	54
5. Princípios Gerais do Direito Processual Civil.....	55
5.1. Princípio do Dispositivo .....	56
5.1.1. Do impulso processual .....	56
5.1.2. Da delimitação do objecto do litígio .....	57
5.1.3. Dos limites da sentença.....	61
5.1.4. Outras manifestações: vicissitudes da instância .....	62
5.2. Princípio do Contraditório.....	67
5.3. Princípio da Gestão Processual.....	69
5.4. Princípio do Inquisitório .....	72
5.4.1. Princípio da Aquisição Processual.....	73
5.4.2. Princípios da Imediação, Oralidade e Concentração e da Livre Apreciação da Prova .....	74
5.5. Princípio da Cooperação.....	76
5.6. Princípio da Igualdade ou Paridade das Partes.....	77
5.7. Princípio da Economia Processual .....	78

## CAPÍTULO II

II. CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES QUANTO AO OBJECTO .....	83
1. Acção Declarativa.....	83

## ÍNDICE

2. Acção Executiva .....	84
3. Espécies de Acções Declarativas .....	86
3.1. Acção Declarativa de Simples Apreciação.....	86
3.2. Acção Declarativa de Condenação .....	88
3.3. Acção Declarativa Constitutiva .....	89
4. Espécies de Acções Executivas .....	91
4.1. Classificação legal .....	91
4.2. Título executivo e suas tipologias.....	93
a. Títulos executivos judiciais .....	95
b. Títulos judiciais impróprios .....	96
c. Títulos executivos extrajudiciais .....	98
<b>III. CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES QUANTO À FORMA — PROCESSO COMUM E PROCESSOS ESPECIAIS.....</b>	<b>101</b>
1. Processo declarativo comum.....	102
2. Processo executivo comum.....	103
3. Processos especiais.....	106
3.1. Acção declarativa especial para exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato (AECOPEC).....	107
<b>IV. CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES QUANTO AOS INTERESSES EM DISCUSSÃO .....</b>	<b>117</b>
1. Processos de jurisdição litigiosa e processos de jurisdição voluntária — Ter- mos da distinção .....	117
2. Processos de jurisdição voluntária — características .....	119

## CAPÍTULO III

<b>V. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONSEQUÊNCIAS DA SUA FALTA</b>	<b>123</b>
1. Noção e enquadramento dos pressupostos processuais .....	123
2. Pressupostos processuais relativos às partes .....	125
2.1. Personalidade judiciária .....	126
2.1.1. Consequências processuais da falta de personalidade judiciária ....	129

2.2. Capacidade judiciária .....	130
a. Casos de incapacidade e seu suprimento (menores e maiores acompanhados sujeitos a representação).....	131
b. Maior acompanhado não sujeito a representação .....	133
c. Outras situações.....	134
2.2.1. Consequências da falta de capacidade judiciária — falta de representação ou representação irregular .....	135
2.2.2. Consequências da falta de capacidade judiciária — falta de autorização do acompanhante do maior .....	137
2.3. Falta de autorização ou de deliberação exigida por lei para o exercício dos poderes de representação .....	138
2.4. Legitimidade .....	139
2.4.1. Considerações gerais: noção e critério .....	139
2.4.2. Singularidade (ou dualidade) de partes e pluralidade de partes.....	143
2.4.3. Espécies de litisconsórcio.....	145
a. Litisconsórcio voluntário e litisconsórcio necessário .....	145
b. Caso especial de legitimidade dos cônjuges.....	148
2.4.4. Admissibilidade da coligação.....	151
i. Condições de fundo ou de compatibilidade e conexão substantiva .....	152
ii. Condições de forma ou de compatibilidade processual.....	154
2.4.1. Ilegitimidade (singular e plural) e consequências processuais .....	156
2.4.2. Ilegalidade da coligação e consequências processuais .....	157
2.5. Patrocínio judiciário obrigatório .....	158
2.5.1. Consequências processuais da falta de patrocínio judiciário obrigatório.....	162
2.6. Interesse em agir.....	163
2.6.1. Falta de interesse em agir .....	163
3. Pressupostos processuais relativos ao tribunal .....	164
3.1. Considerações prévias .....	164

## ÍNDICE

3.2. Competência internacional dos tribunais portugueses .....	166
3.2.1. Questões introdutórias.....	166
3.2.2. Regulamento Bruxelas I (bis).....	168
3.2.3. Competência internacional dos tribunais portugueses à luz das normas processuais internas.....	172
3.3. Competência interna dos tribunais portugueses.....	176
3.3.1. Competência em razão da matéria.....	176
3.3.2. Competência em razão da hierarquia .....	179
3.3.3. Competência em razão do valor .....	180
3.3.4. Competência em razão do território.....	181
a. Foro real ou da situação dos bens (art. 70.º).....	182
b. Foro obrigacional (art. 71.º) .....	183
c. Foro do autor (art. 72.º).....	184
d. Foro hereditário (art. 72.º-A).....	184
e. Foro conexional (art. 73.º) .....	184
f. Foro geral ou do domicílio do réu (art. 80.º).....	185
g. Foro da execução .....	186
3.3.5. Competência interna convencional .....	188
3.4. Falta de pressuposto processual relativo ao tribunal ou incompetência do tribunal: espécie, regime e consequências ou efeitos da sua falta ..	189
3.4.1. Incompetência absoluta.....	189
3.4.2. Incompetência relativa .....	190
4. Pressupostos processuais relativos ao objecto da causa .....	192
4.1. Objecto da causa.....	192
4.2. Aptidão da petição inicial.....	194
4.2.1. Consequências da ineptidão da petição inicial .....	195
4.3. Não verificação de litispendência e caso julgado .....	195
4.3.1. Consequência da verificação de litispendência ou de caso julgado	196
Anexos.....	197
Bibliografia.....	201
Índice.....	209